

.....

## A colônia chega ao fim

### *Tratados impostos*

A

filha de D. José I, D. Maria I governou com o marido e tio, a quem fez chamar Pedro III, e fez uma política de conciliação que começou com o afastamento — e julgamento, e banimento — de Pombal e seus aliados. Em 1786 ficou viúva, e em fins de 1791, louca. Seu filho D. João, embora só fosse feito formalmente Príncipe Regente em 1799, governou desde 1792, sobretudo com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares.

Era a época da maior transformação por que passou o Ocidente. Em 1789 acontecera a revolução francesa. Depois da agitação, que culminara com o terror, formara-se um novo tipo de governo, o Diretório. Começava a surgir a figura decisiva de Napoleão Bonaparte.

Em 1797 o Diretório pretendeu impor tratado que dizia que o Vicente Pinzón era o Calçoene. O ministro plenipotenciário de Portugal, Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca, criando dificuldades, foi convidado a deixar a França em 24 horas (em 26 de abril de 1797)<sup>215</sup>; tentou mais tarde comprar a ratificação francesa, tendo-se invertido as posições: os franceses já achavam pouco o que exigiam, o declararam *nul et non venu*, os portugueses agora achavam suficiente e o ratificaram — e acabou preso, entre dezembro de 1797 e março de 1798, na torre do

Templo<sup>216</sup>. A 1 de julho de 1798 Talleyrand assume o comando da política externa francesa<sup>217</sup>.

Em 1801 Napoleão provocou a invasão de Portugal pela Espanha e novo tratado, a ser assinado por Lucien Bonaparte. Quando o tratado está pronto, chegam instruções ainda mais severas. Os negociadores resolvem assiná-lo com data anterior, para evitar recomeçar as discussões<sup>218</sup>. Assim o de Badajós, de 6 de junho de 1801, entre Portugal, França e Espanha, que fixava a fronteira no Araguari. O futuro imperador não engoliu a desculpa e mais uma vez se recusou a ratificá-lo<sup>219</sup>. A 29 de setembro o Tratado de Madri estabeleceu a fronteira no Carapanatuba (próximo a Macapá<sup>220</sup>). Pouco depois, em Amiens, na efêmera paz entre a Inglaterra, a França, a Espanha e a Holanda, em 25 de março de 1802, a divisa era posta de volta no Araguari. Finalmente, a 27 de outubro de 1807, o Tratado de Fontainebleau, entre França e Espanha, repartia Portugal e deixava para resolver depois os despojos do Brasil.<sup>221</sup> Nada disto teve qualquer consequência, já que não eram verdadeiros tratados, mas imposições crescentes da mais poderosa das França.

### *A fuga para o Brasil*

Os franceses não tinham como ser contidos. Em 27 de novembro de 1807, ante a invasão napoleônica, três dias antes das tropas de Junot entrarem em Lisboa, D. Rodrigo conseguiu embarcar a rainha louca, D. Maria I, o Príncipe Regente, e mais de 15.000 pessoas em 8 naus, 4 fragatas, 3 brigues, uma escuna, numerosas charruas e navios mercantes. Era a realização precipitada de um sonho longamente acalentado — a *doídice de rei sisuda*, do famoso diálogo de Martim Afonso e D. João III, a proposta de Vieira para D. João IV, a de D. Luís da Cunha a D. João V. Ao chegar, ainda na Bahia, D. João declarou aberto os portos às nações amigas.

A 1<sup>a</sup> de maio de 1808 D. João denunciou formalmente aqueles tratados.<sup>222</sup> Já assinara declaração de guerra a 22 de março. Com os dois

amigos de José Bonifácio (que ficou lutando em Portugal), o conde de Linhares e D. Tomás Antônio de Vilanova Portugal, criou um vasto programa *desenvolvimentista*: a permissão de estabelecer-se indústria, de ter-se imprensa, a criação do Banco do Brasil, etc. E começou a governar o Brasil.

### *Caiena portuguesa*

Enquanto em Portugal a luta se fazia pela resistência à ocupação pelas forças francesas comandadas por Junot, no Brasil resolveu-se garantir as fronteiras de Utrecht. Os governadores do Pará há muito tomavam posições firmes em relação aos franceses de Caiena. Esta era a atitude de D. Rodrigo: já em 1796 escrevera ao irmão, D. Francisco de Sousa Coutinho, então governador do Pará que  *vendo grande probabilidade de poderdes conquistar a Ilha de Caiena e domínios franceses na Guiana, assim o fazeis...* <sup>223</sup> Em janeiro de 1802 D. Francisco recebeu correspondência do governador Victor Hugues anunciando expedição científica ao Amazonas. Era o começo de uma fantasiosa invasão abortada. A viagem da galeota *Musette*, mandada acompanhar por D. Francisco desde que chegasse ao Araguari, durou somente seis dias.

Em 1808, ao novo governador do Pará capitão-general e tenente-general José Narciso de Magalhães de Meneses, seguindo um plano concertado com o ministro do exterior inglês, George Canning<sup>224</sup>, determinou a D. Rodrigo que agisse para *reintegrar primeiramente as nossas fronteiras ao que eram antes do infeliz Tratado de Badajós e Madri e para destruir Caiena com o socorro dos ingleses.*<sup>225</sup> Caiena se notabilizara por ser, desde 1797, o local de confinamento dos deportados políticos; a população se sentia intranquã, sem confiança nas autoridades francesas. Em 27 de outubro de 1808 partiu de Belém expedição chefiada pelo tenente-coronel Manuel Marques com 751 homens<sup>226</sup>. Acompanhou os portugueses uma flotilha inglesa sob o comando de James Lucas Yeo, sobrinho de sir Sidney Smith, almirante inglês.<sup>227</sup>

A 12 de novembro de 1808 atingiu o cabo Norte. No dia 14 de dezembro ocuparam a pequena povoação francesa no Oiapoque; o



*Cassini, 1798; no fim do sé. XVIII,  
esta carta italiana registra os governos do Pará e  
Maranhão já separados, e o limite da Colonie Francesi passando junto ao Oyapock*

forte Saint Louis estava coberto por mato<sup>228</sup>. Foi celebrada uma cerimônia de juramento à bandeira de Portugal no dia 12. A 6 de janeiro de 1809 as forças portuguesas desembarcaram na ilha de Cayenne, tomando em seguida os fortes Diamant e Degrad de Cannes. Prepararam o assalto à cidade, mas antes do ataque o governador Victor Hugues se rendeu.<sup>229</sup>

A 8 de janeiro de 1810 instalou-se um governo português chefiado pelo desembargador João Severiano Maciel da Costa<sup>230</sup> (futuro

marquês de Queluz, presidente da primeira Assembléia Constituinte e membro do primeiro Conselho de Estado do Império). A população aceitou com naturalidade a ocupação e durante o seu longo governo não houve incidentes.

### *Novos tratados*

Acompanhando a evolução dos acontecimentos na Europa, em 1810 Portugal e Inglaterra assinaram um tratado no Rio de Janeiro em que a Inglaterra se comprometia a ajudar Portugal a estabelecer os limites no norte do Brasil de acordo com a interpretação portuguesa do Tratado de Utrecht. Em 1814, com a queda de Napoleão, o Tratado de Paris entre França e Inglaterra estabeleceu a devolução de Caiena. D. João se negou a cumprir o acordo, de que não fora parte. Mandou o conde de Palmela, Antônio de Saldanha da Gama, e D. Joaquim Lobo da Silveira negociar em Viena, com Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, o representante francês, e lorde Robert Stewart, viscount Castlereagh, o representante inglês, uma convenção. Assinada a 12 de maio, ela precedeu a resolução do Congresso de Viena, de 9 de junho de 1815, pela qual Portugal devolvia a Guiana até o Oiapoque, *limite que foi sempre considerado por Portugal como o fixado pelo Tratado de Utrecht* e os dois países comprometiam-se a fixar definitivamente os limites logo que possível. No ano seguinte a França mandou ao Rio de Janeiro o duque de Luxembourg para tratar da transferência. A 5 de setembro de 1816 D. João VI mandou devolver a Guiana.<sup>231</sup>

A 28 de agosto de 1817 novo tratado em Paris precisou que a devolução seria até o Oiapoque, esclarecendo que sua embocadura estava entre o 4º e o 5º graus de latitude setentrional e até o 32º grau de longitude a este da ilha de Fer, e dele seguindo pelo paralelo de 2º24' de latitude setentrional até a fronteira com a Guiana Holandesa (atual Suriname).<sup>232</sup>

Embora a Convenção de Paris determinasse, em seu artigo 2º, que *se procederá imediatamente das duas partes à nomeação e envio de comissários*

para fixar definitivamente os limites das Guianas francesa e portuguesa, conforme ao sentido exato do artigo VIII do Tratado de Utrecht<sup>233</sup>, fixando o prazo de um ano para conclusão dos trabalhos, o único ato que se seguiu foi a devolução da Guiana.

No dia 8 de setembro de 1817 o tenente-coronel Manuel Marques e o conde Carra-Saint-Cyr presidiram à devolução de Cayenne. Consta que o governador francês teria ficado impressionado com a tristeza dos colonos franceses ante a mudança de governo, e comentado, dirigindo-se ao secretário de governo, tenente Mafra:

*... éspantoso, senhor Secretário, que franceses, vendo drapejar as cores nacionais, signo da dominação francesa, vertam lágrimas de saudade pela dominação anterior; façam votos por que, ao término de minha administração, receba demonstrações semelhantes.*<sup>234</sup>

### *Independência e Império*

Em 1815 o Brasil tornou-se Reino. Posta a igualdade do Brasil com Portugal e Algarve, na prática o Rio era a capital do Reino Unido. Em Portugal, desaparecido o fantasma francês, clama-se pelo antigo *status*. Em 1816 morreu D. Maria I e D. João tornou-se rei. José Bonifácio de Andrada e Silva deixou a Real Academia de Ciências, onde era Secretário Perpétuo, e retornou ao Brasil em 1819. A 24 de agosto de 1820 houve uma revolução constitucionalista no Porto. Convocaram-se Cortes. Pressionado, a 24 de maio de 1821 D. João VI partiu com 4 000 pessoas, deixando D. Pedro como regente. A 9 de janeiro de 1822 D. Pedro rejeitou a pressão para também voltar a Portugal, no *Dia do Fico*. A 16, pela primeira vez, o novo reino teve um ministro brasileiro, José Bonifácio. A 6 de agosto foi lançada a palavra do Andrada assinada pelo príncipe: o Brasil *proclama à face do universo a sua independência política*. A 7 de setembro o riacho Ipiranga ouviu nosso grito.

Em 1832 o novo rei francês, Luís Filipe, o rei-cidadão restabeleceu uma política expansionista. Em 34/35 o Instituto Francês

e a Sociedade Geográfica de Paris<sup>235</sup> declararam que o Vicente Pinzón era o Araguari. A 29 de agosto de 1836 o governador de Cayenne, Laurens de Choisy, comunicou ao governador do Pará general Soares de Andrêa, haver ocupado até o Araguari, de acordo com o Tratado de Amiens (que, é claro, nunca tinha estado em vigor e então estaria claramente suplantado pelo Tratado de Viena e pela Convenção de Paris). Em Paris o embaixador Araújo Ribeiro conseguiu ordem para a evacuação do território, o que foi feito a 10 de julho de 1840<sup>236</sup>.

A 29 de abril de 1840 o capitão engenheiro José Freire de Andrade procedera à instalação da Colônia Militar D. Pedro II no Araguari, a uma légua da fazenda de João Manuel Ferreira, estabelecido no Araguari desde 1821<sup>237</sup>.

No ano seguinte, um acordo, aliás uma troca de notas (5 de julho — 18 de dezembro de 1841), resolveu reconhecer um território contestado e declará-lo neutro. Este novo território contestado se estendia do Oiapoque ao Amapá Pequeno, onde estivera o posto evacuado em julho de 1840.<sup>238</sup>

A ocupação do território pelo Brasil era muito concreta. Em Amapá já havia brasileiros em 1836<sup>239</sup>. Quando foi desativado o posto francês, eles criaram um pequeno povoado na margem esquerda do rio. Em 1849 eram 23 habitantes; em 1857, 158. Em 1847 Procópio Rola e Lira Lobato, de Macapá eram criadores de gado na fazenda Nazaré no Aporema<sup>240</sup>. Ainda em 1857 em Cunani havia 40 brasileiros e um francês de passagem, e em Caciporé moravam 80 pessoas, dos quais alguns crioulos de Caiena.

Depois da independência vários movimentos nativistas surgiram ao longo do Brasil. Na Amazônia foram os cabanos. A 7 de janeiro de 1835 Félix Antônio Clemente Malcher assumiu um governo revolucionário. Bernardo Lobo de Sousa, presidente da província, foi assassinado. Macapá e Mazagão rejeitaram o governo (e o dinheiro, o que tinha conseqüências mais imediatas) cabano. Alguns cabanos se refugiaram nas ilhas de Santana e Vieirinha, mas em 20 de dezembro de 1835 foram atacados e expulsos.

### *Negociações em Paris*

Um gaúcho, Joaquim Caetano da Silva (Jaguarão 1810, Niterói, 1873), doutor em medicina pela Universidade de Montpellier, sócio de várias sociedades científicas, cônsul-geral do Brasil na Holanda, desde 1850 se dedicou a estudar a questão do Oiapoque e da fronteira com a Guiana Francesa. Fez a leitura de uma primeira memória — *Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht* — no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas sessões de 10 e 24 de outubro de 1851, diante do imperador. Continuou aprimorando seu trabalho, até que o apresentou à Sociedade de Geografia de Paris em 19 de fevereiro de 1858. A esta versão chamou de *L'Oyapock et l'Amazone*.<sup>241</sup>

Só em 1855 o visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, iniciara negociações em Paris com o barão His de Butenval<sup>242</sup>. A França tinha desde 1848 novo imperador, Luís Napoleão, que insistia no Araguari. As negociações foram demoradas e pouco produtivas, embora Uruguai apresentasse abundante documentação. Napoleão III teria mudado de idéia ao ler o memorial de Caetano da Silva, e dito que ele valia por um exército<sup>243</sup> — mas a França não mudou de atitude.

Finalmente em 1857 resolveram fazer um levantamento conjunto da região. Só o capitão-tenente José da Costa Azevedo (futuro barão de Ladário), representante brasileiro, apareceu para os trabalhos, que iniciou em 27 de outubro 1858; o francês, tenente Carpentier, e sua equipe não fizeram sua parte. Costa Azevedo apresentou seu relatório em 27 de outubro de 1861. Fizera a exploração científica da costa, do Maracá ao Oiapoque, e do Caciporé do Cunani, do Calçoene, do Maiacaré do Amapá<sup>244</sup>

Em 28 de junho de 1862 foi assinada declaração conjunta estabelecendo jurisdição das cortes de cada país sobre seus respectivos naturais na região já chamada de Contestada<sup>245</sup>.